

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS e LICITAÇÕES - SUPEL/RO  
Complexo Rio Madeira - Ed. Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto Velho, Rondônia

**ATA DE REUNIÃO PARA EXAME DE RECURSO ADMINISTRATIVO**

**TOMADA DE PREÇOS Nº 025/18/CPLO/SUPEL/RO**

**INTERESSADO: DER/RO**

**PROCESSO ELETRÔNICO Nº: 0025.258880/2018-61**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL NA ÁREA DA RONDÔNIA RURAL SHOW, no município de JI-PARANÁ/RO**

Aos cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito às 12h00min, na sede da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, sito a Av. Farquar s/n - Bairro Pedrinhas - Complexo Rio Madeira - Ed Pacaás Novos, 2º andar - Porto Velho/RO – Fone/Fax 0 xx 69 3216-9263, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação de Obras - CPLO/SUPEL, criada pela Portaria nº. **012/2019/SUPEL-CI**, para proceder ao exame do recurso administrativo interposto, tempestivamente, pela empresa **MASTER ENGENHARIA EIRELI - EPP. DA RECORRENTE:** Contradita a decisão da comissão de licitação que HABILITOU as empresas **FUHRMANN & CIA e CONCREZON – CONSTRUÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI** no presente certame, conforme Ata de Reunião para Análise e Julgamento dos Documentos de Habilitação lavrada dia 15.01.2019. **DA PRIMEIRA EMPRESA RECORRIDA**. Alega a empresa recorrente que a empresa **FUHRMANN & CIA** deixou de apresentar em sua DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO o Certificado de Registro Cadastral - CRC expedido pela Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL-RO nos termos exigidos no edital, conforme itens 13.1.1 e 16.2, alínea "f": **CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO 13.1.1 - Poderão participar da presente licitação, somente empresas que apresentarem condições específicas relacionadas ao objeto desta licitação e que possuam no seu quadro permanente, na data prevista para a entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de acervo técnico por execução de obras ou serviços rodoviários de características semelhantes ao objeto da licitação, e desde que devidamente cadastradas ou que atendam a todas as condições exigidas para o cadastramento, até o terceiro dia anterior a data do recebimento das propostas conforme Art. 22, § 2º da Lei 8.666/93. 16.2, alínea "f" DOCUMENTAÇÃO RELATIVA A REGULARIDADE FISCAL: f) A apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pela SUPEL/RO, válido na data da apresentação dos envelopes de documentação de habilitação, substitui os documentos previstos no subitem 16.1, letras "a", "b", "c" e "d", subitem 16.2, letras "a", "b", "c", "d" e "e" o subitem 16.3 alínea "a" e subitem 16.5, desde que as referidas certidões estejam válidas, caso estejam vencidas, as mesmas deverão ser anexadas juntamente com a documentação de habilitação. E também deixou de autenticar o RG e CPF dos seus sócios deixando de atender o**



item 15.5 Os documentos exigidos poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia indelével e legíveis, devidamente autenticadas em Cartório ou por servidor da SUPEL/RO (antes da sessão inaugural), em Cartório, ou ainda, através de publicação em órgão da Imprensa Oficial, sob pena de inabilitação. **DO PEDIDO:** A recorrente **MASTER ENGENHARIA EIRELI – EPP**, solicita que seja reformada a decisão da Comissão, inabilitando a empresa recorrida **FUHRMANN & CIA**, impossibilitando a mesma de participar da segunda fase do certame. **DA SEGUNDA EMPRESA RECORRIDA:** Alega a empresa recorrente, que a Comissão de licitação incorreu em erro ao habilitar a empresa **CONCREZON – CONSTRUÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI** na primeira fase do certame, afirmando que esta não comprovou a capacidade técnica profissional, através da apresentação do Acervo técnico conforme exigido no edital item 16.4, "b", apresentando apenas ART baixada emitida pelo CREA – RO. **DO PEDIDO:** Requer que Comissão de Licitação reforme sua decisão anteriormente proferida em Ata de Reunião, inabilitando a segunda recorrente do certame em tela. **DA CONTRA RAZÃO:** Expirado o prazo para interposição de recurso, a Comissão de Licitação deu conhecimento às concorrentes, abrindo o prazo para contra razões de recurso. Não houve interesse dos participantes em interpor contra razão.

**DA DECISÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO** – A Comissão de Licitação, com base no § 4º, do artigo 109, da Lei 8.666/93, decidiu manter a decisão proferida na sessão de análise e julgamento do dia 25.04.2018, fundamentando sua decisão, no princípio constitucional contido no art. 41, "caput", vinculado as condições do edital, e conforme permitido no art. 43, §3º da Lei 8.666/93. A Comissão de Licitação ao compulsar os autos e realizar diligências constatou que habilitou acertadamente as empresas **FUHRMANN & CIA e CONCREZON – CONSTRUÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI** senão vejamos: A empresa **FUHRMANN & CIA** deixou de apresentar Certificado de Registro Cadastral - CRC expedido pela Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL-RO, descumprindo os itens 13.1.1 e 16.2, alínea "f" do edital, acima transcrito. Inicialmente cabe ressaltar o que reza o § 2º do art. 22, da Lei Federal 8.666/93: "**§ 2º Tomada de Preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que antederem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação**". É o entendimento do Tribunal de Contas da União, como se vislumbra no acórdão abaixo: "Desse modo, conclui-se que em fase anterior à mencionada decisão, os órgãos da Administração Pública, ao **exigir o prévio cadastramento dos licitantes no Sicaf, estavam obedecendo exigência legal**, ou seja, ao disposto no subitem 1.3 da IN/MARE nº 05/95. Nesta linha de raciocínio, acolhemos as razões de justificativa apresentada." Acórdão 92/2003 Plenário (Relatório do Ministro Relator) **(grifo nosso)**. Ocorre que a Comissão de licitação valeu-se da prerrogativa contida na Lei 8.666/93 art. 43 § 3º: *É facultada à Comissão ou autoridade superior,*



**SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS e LICITAÇÕES - SUPEL/RO**  
Complexo Rio Madeira - Ed. Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto Velho, Rondônia

*em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta* (Grifo Nosso). Dirigiu-se ao Cadastro de Fornecedores da Supel, e comprovou que a empresa **FUHRMANN & CIA** encontra-se cadastrada para fins licitatórios. O parágrafo único, do art. 5º, do Decreto nº 5.450/05 e o art. 7º do Decreto nº 3.555/00 fazem referência ao princípio da competitividade. A Administração deve, sempre, decidir em favor da ampla concorrência, tendo em vista que perquire a proposta mais vantajosa. Outrossim, ressalva Diógenes Gasparini: *"Da tomada de preços só podem participar as pessoas previamente inscritas no registro cadastral e as que atenderem a todas as condições exigidas para o cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas (art. 22, §2º). Dois, portanto, são os grupos que podem participar dessa modalidade de licitação. O primeiro, o dos já cadastrados, portadores de Certificados de Registro Cadastral em vigor, (cadastramento normal), e o dos não cadastrados mas que atendam a todas as condições de cadastramento e demonstre nesse prazo o interesse de participar da tomada de preço aberta (cadastramento especial). Não obstante a diversidade da formalidade e da época do cadastramento, os integrantes dos dois grupos deverão estar cadastrados, daí nossa definição, só mencionar interessados cadastrados. A qualificação dos interessados é prévia, ou seja, efetivada por ocasião do cadastramento normal ou na oportunidade do cadastramento especial."* (Direito Administrativo, 13ª ed., Saraiva, São Paulo, 2008, pp. 566/567) Trata-se de uma **característica desta modalidade**. A empresa interessada em participar da licitação deve se cadastrar. E é justamente pelo fato desta Comissão se certificar junto ao setor de cadastro da Supel que a empresa **FUHRMANN & CIA** esta regularmente cadastrada, que a CPLO opina pela manutenção de sua decisão. Com relação à habilitação da empresa **CONCREZON – CONSTRUÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI**, a Comissão prevaleceu sobre o mesmo critério da prerrogativa contida na Lei 8.666/93 art. 43 § 3º: que permite a promoção da diligência. Sendo assim, a CPLO reportou-se ao CREA – RO, acerca da ART ora apresentada pela empresa recorrida, e obteve como resposta, que os serviços ali elencados e executados pelo responsável técnico da **CONCREZON – CONSTRUÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI**, atendem as exigências contidas no edital para a qualificação técnica profissional. Portanto podemos afirmar que a empresa recorrida atendeu as exigências editalícias. Segundo Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, o instrumento convocatório: *"é a lei do caso, aquela que irá regular a atuação tanto da administração pública quanto dos licitantes. Esse princípio é mencionado no art. 3º da Lei de Licitações, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei que dispõe que "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada".* (Curso de Direito Administrativo, 2007, p.416). Vale

**SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS e LICITAÇÕES - SUPEL/RO**  
Complexo Rio Madeira - Ed. Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto Velho, Rondônia

ratificar que o objetivo da licitação é sempre atender o interesse público, buscar a proposta mais vantajosa, existindo igualdade de condições, bem como os demais princípios resguardados pela constituição. Com base nas informações relatadas, condições do edital e ainda no princípio constitucional contido no art. 41, "caput", esta Comissão de Licitação decidiu não dar provimento ao recurso interposto pela empresa MASTER ENGENHARIA EIRELI - EPP, permanecendo assim o lavrado na Ata do dia 15.01.2019, mantendo habilitadas as empresas. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Ata, a qual foi lavrada e assinada pelo Presidente e pelos membros da Comissão. Porto Velho-RO,

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO:**

  
**ERALDA ETRA MARIA LESSA**  
Presidente Substituta

  
**LUCIANA PEREIRA DE SOUZA**  
Membro Substituta

  
**FELIPE ARCHANJO**  
Membro





Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL  
Assessoria Técnica - SUPEL-ASSEJUR

Parecer nº 103/2019/SUPEL-ASSEJUR

**PROCESSO: 0025.258880/2018-61**

**PROCEDÊNCIA: SEAGRI;**

**ASSUNTO: ANÁLISE DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE À TOMADA DE PREÇOS Nº. 025/2018/CPLO/SUPEL/RO;**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada na execução de obras de construção civil na área de Rondônia Rural Show, no município de Ji-Paraná-RO;

**RECORRENTE:** MASTER ENGENHARIA EIRELI EPP;

**RECORRIDA:** FUHRMANN & CIA LTDA; CONCREZON – CONSTRUÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI;

## **I. INTRODUÇÃO**

1. Trata-se de recurso administrativo interposto tempestivamente pela recorrente **MASTER ENGENHARIA EIRELI EPP** (4458114), com fundamento no art. 109, inciso I, alínea "a", da Lei Federal nº 8.666/93.
2. O presente processo foi encaminhado a pedido do Senhor Superintendente para fins de análise e parecer.
3. Abrigam os autos à **Tomada de Preços nº 025/2018/SUPEL/RO**.

## **II. ADMISSIBILIDADE**

4. Em sede de admissibilidade foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, interesse recursal, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, conforme comprovam os documentos acostados aos autos; Não foram apresentadas contrarrazões aos autos;

## **III. DO RECURSO INTERPOSTO PELA LICITANTE MASTER ENGENHARIA EIRELI EPP**

5. A recorrente apresenta inconformismo com a decisão que habilitou as recorridas **FUHRMANN & CIA LTDA** e a **CONCREZON – CONSTRUÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI** do certame.
6. Aduz que a recorrida **FUHRMANN & CIA LTDA** descumpriu as exigências editalícias ao deixar de apresentar em sua documentação de habilitação o CRC, conforme o item 13.1 e 16.2, "f" do edital.
7. Aponta ainda oposição à habilitação da recorrida **CONCREZON – CONSTRUÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI** alegando que teria deixado de comprovar a sua

capacidade técnica quanto a apresentação do acervo técnico conforme o item 16.4, “b” do edital, apresentando apenas a ART baixada e emitida pelo CREA-RO.

8. Pugna a recorrente pelo conhecimento e procedência do seu recurso, e que seja reformada a decisão para inabilitar as recorridas **FUHRMANN & CIA** e a **CONCREZON – CONSTRUÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI** do certame.

#### IV. DECISÃO DA PREGOEIRA

9. Compulsando os autos, a pregoeira julgou:

- **IMPROCEDENTE** o recurso administrativo interposto pela recorrente **MASTER ENGENHARIA EIRELI EPP**, mantendo as recorridas **FUHRMANN & CIA LTDA** e a **CONCREZON – CONSTRUÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI** habilitadas para o certame.

#### V. PARECER QUANTO AOS ATOS PRATICADOS NA FASE RECURSAL

10. Verificados os requisitos de admissibilidade dos recursos administrativos, quais sejam - tempestividade, legitimidade e interesse -, passamos a análise dos atos praticados na fase recursal.

11. Inicialmente, insurge a recorrente **MASTER ENGENHARIA EIRELI EPP** contra decisão que habilitou para o certame a recorrida **FUHRMANN & CIA LTDA**.

12. Alega que a recorrida deixou de apresentar em sua documentação o CRC, bem como de autenticar o RG e CPF dos seus sócios, documentos estes substituíveis pelo CRC.

13. A tomada de preços, modalidade deste certame, ocorre entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação, nos termos do art. 22, §2º, da Lei n. 8.666/93.

14. A pessoa cadastrada recebe um “certificado de registro cadastral”, com validade de um ano, no máximo, e do qual consta a categoria em que se inclui, tendo em vista sua especialização.[\[1\]](#)

15. O Superior Tribunal de Justiça já se manifestou acerca da legalidade da exigência do certificado de registro cadastral no REsp 351512/SP, o qual segue o trecho pertinente:

“É possível e legal exigir o Poder Público obtenção prévia de um certificado, chamado de Certificado de Registro Cadastral – CRC, de modo a buscar o melhor esclarecimento possível do habilitante sobre sua capacidade financeira, com vistas aos compromissos que dali poderão advir, máxime em se tratando da finalidade pública que envolvem tais compromissos.”

16. Nesse viés, o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, nos autos n. RO 0000535-03.2011.822.0018, igualmente posicionou-se de forma favorável.

17. Superada a legalidade do aludido certificado, o edital de licitação, em seu item 13.1.1 e no item 16.2, alínea “f”, o exige como documento de habilitação. O item 16.2 “f” esclarece que o certificado de registro cadastral substitui a documentação relativa à qualificação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista e à qualificação econômico-financeira.

18. Extrai-se da literalidade isolada do art. 22, §2º, da lei de licitações, em uma interpretação restritiva, a possibilidade de participação de licitantes cadastrados ou não cadastrados, desde que solicitado o certificado de registro cadastral, preenchendo os requisitos legais, até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas.

19. No entanto, a fim de ampliar a participação no certame licitatório, resguardando o

postulado da competitividade do certame, em uma interpretação ampla, permite-se a participação de empresa sem o certificado.

20. Segundo a doutrinadora Maria Sylvia Zanella Di Pietro, se as licitantes se apresentarem sem o certificado, mas com a documentação exigida para esse fim **até o terceiro dia útil anterior ao recebimento das propostas**, a Comissão, na fase de habilitação, deverá examinar essa documentação<sup>[2]</sup>.

21. A finalidade do certificado de registro cadastral é combater a morosidade da Administração na análise da vasta documentação exigida no instrumento editalício, de maneira que atenderá o princípio da eficiência.

22. A recorrida enviou sua documentação de habilitação, conforme consta no anexo (4360598).

23. Após alegações recursais, a pregoeira aponta que realizou diligência quanto ao cadastramento da recorrida no Cadastro de Fornecedores da SUPEL, e restou comprovado que a empresa encontra-se cadastrada para fins licitatórios desde 28/05/2018, conforme se observa do anexo (4720860).

24. De acordo com os autos do processo a data de recebimento das propostas deu-se em 14 de janeiro de 2019.

25. Logo, não se vislumbram motivos que ensejem a inabilitação da recorrida **FUHRMANN & CIA LTDA** para o certame.

26. Mais adiante, aduz a recorrente que a recorrida **CONCREZON – CONSTRUÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI** deixou de apresentar em sua documentação o Acervo Técnico dos seus profissionais, indicado o descumprimento ao item 16.4, "b", apontando que fora apresentado apenas a ART.

27. Consta no anexo (4360576) a documentação da recorrida.

28. O edital prevê no item 16.4 referente a qualificação técnica, no subitem "a" a necessidade da comprovação de registro ou inscrição da licitante e seu responsável técnico no Conselho de Fiscalização e no subitem "b", apresenta a necessidade do acervo técnico do profissional, comprovando a execução de obras ou serviços de construção civil.

29. A recorrida apresentou sua documentação de qualificação técnica a Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica (fl. 28/30 - 4360576), uma ART (fl. 31/43 - 4360576), bem como atestado técnica (fl. 44/52 - 4360576), além de Termo de Compromisso (fl. 53 - 4360576) .

30. Alega a recorrente que a recorrida não apresentou o acervo técnico do profissional técnico comprovando a execução de obras ou serviços de construção civil, de características semelhantes ao objeto da licitação.

31. A comissão realizou diligência junto ao CREA- RO referente a ART apresentada pela recorrida, tendo obtido como resposta que os serviços indicados, foram executados de fato comprovando os serviços executados pelo responsável técnico indicado pela recorrida.

32. O TCU tem manifestado entendimento no sentido de que a realização de diligência para a complementação de informação é plenamente possível, além de representar um dever da Comissão de Licitação/ Pregoeiro.

*É irregular a desclassificação de empresa licitante por omissão de informação de pouca relevância sem que tenha sido feita a diligência facultada pelo § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/1993.*

*(Acórdão 3615/2013 – Plenário)*

*É irregular a inabilitação de licitante em razão de ausência de informação exigida pelo edital, quando a documentação entregue contiver de maneira implícita o elemento supostamente faltante e a Administração não realizar a diligência prevista no art. 43, § 3º,*

*da Lei 8.666/93, por representar formalismo exagerado, com prejuízo à competitividade do certame.*

*(Acórdão 1795/2015 – Plenário).*

33. A apresentação da ART demonstra a comprovação de execução dos serviços solicitados pelo responsável técnico, sanando todas as dúvidas sobre o total atendimento das condições editalícias:

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. CLÁUSULA EDITALÍCIA. DESAPEGU AO FORMALISMO EXACERBADO. CUMPRIMENTO DA EXIGÊNCIA. ASPECTO FINALÍSTICO. PRESTÍGIO AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA AMPLA COMPETIÇÃO. ANULAÇÃO DO CERTAME. SEGURANÇA CONCEDIDA.

**I. Deve ser considerada cumprida a exigência prevista em procedimento licitatório quando, em desapego ao formalismo exacerbado, a concorrente observa a exigência de cláusula editalícia, alçando-a em seu aspecto finalístico.**

II. Circunstância dos autos em que são prestigiados os princípios da razoabilidade e da ampla competição.

III. Segurança concedida.

(TJ-MA - MS: 150462006 MA, Relator: ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, Data de Julgamento: 16/03/2007, SAO LUIS)

34. Assim sendo, a recorrida apresentou comprovação da execução do serviço solicitado pelo responsável técnico.

35. Dessa forma, acertada a decisão pela manutenção da habilitação da recorrida **CONCREZON – CONSTRUÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI** para o certame.

## VI. CONCLUSÃO

36. Ante o exposto, opino pelo conhecimento do recurso e pela **manutenção** da decisão do pregoeiro julgando da seguinte forma:

- **IMPROCEDENTE** o recurso administrativo interposto pela recorrente **MASTER ENGENHARIA EIRELI EPP**, mantendo as recorridas **FUHRMANN & CIA LTDA** e a **CONCREZON – CONSTRUÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI** habilitadas para o certame.

37. A decisão foi fundamentada com base no disposto no art. 3º da Lei 8.666/93, que garante a observância do princípio constitucional da legalidade, da igualdade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, ao selecionar a proposta que for mais vantajosa para a Administração.

38. Encerrada a fase de julgamento dos recursos administrativos, verifica-se que foram observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, dando-se oportunidade para contrarrazão.

39. Oportunamente, submeter-se-á o presente recurso, do art. 109, § 4.º, da Lei n.º 8.666/93, à decisão superior, conferindo-se regular curso ao processo, de acordo com a legislação em vigor.

Porto Velho - RO, 18 de fevereiro de 2019.





Documento assinado eletronicamente por **Lauro Lucio Lacerda, Procurador do Estado**, em 19/02/2019, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no caput III, art. 12 do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juraci Jorge da Silva, Procurador(a)**, em 25/02/2019, às 10:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no caput III, art. 12 do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elida Passos de Almeida França, Chefe de Unidade**, em 25/02/2019, às 12:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no caput III, art. 12 do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jennyfer de Lima Barros Lichevski, Assessor(a)**, em 25/02/2019, às 12:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no caput III, art. 12 do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.sistemas.ro.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.sistemas.ro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4709978** e o código CRC **5BDE1B05**.